

O serviço mais íntimo e delicado: aspectos do universo da escravidão doméstica e algumas formas de conquista de alforria

Cristiano Lima da Silva

Mestre em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e especialista em História de Minas do Século XIX pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

elsilva_mg@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo aborda alguns aspectos da escravidão doméstica no Brasil e as relações estabelecidas entre senhores e cativos, marcadas por múltiplos sentimentos que transitavam desde a desconfiança e o ódio até a afeição e a cumplicidade. Nesse complexo universo, muitos escravos valiam-se de estratégias, habilidades, informações, comportamentos e sentimentos que poderiam, de diferentes modos, ajudá-los no processo de conquista de suas alforrias. A exemplo disso, são analisados alguns casos ocorridos em São João del-Rei.

Palavras-Chave: escravidão doméstica; alforria; São João del-Rei.

Relatos sobre a ampla utilização da mão-de-obra escrava nas grandes lavouras e na mineração são constantes na literatura de estrangeiros que estiveram no Brasil durante o período escravista. O jesuíta André João Antonil, em sua obra *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*¹, sentencia a dependência que os senhores tinham em relação ao trabalho dos escravos e sua importância para a economia açucareira da Bahia no século XVIII com a emblemática frase: “os negros são as mãos e os pés dos senhores de engenho” (ANTONIL, 1976, p. 89). Todavia, além dos trabalhos ligados à agricultura e à mineração, os escravos também desempenhavam diversas funções dentro das casas de seus senhores, tanto nas fazendas como nas cidades, compondo uma categoria diferenciada: a dos escravos domésticos.

Gilberto Freyre, em *Casa-Grande e Senzala*, diferencia os escravos de trabalho agrícola e os do serviço doméstico ponderando que a casa-grande

fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar, mucamas, irmão de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos *mas o de pessoas de casa*. Espécie de parentes pobres nas famílias européias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos (grifos meus) (FREYRE, 2002, p. 453).

Essa proximidade estabelecida por meio do convívio com os senhores ao ponto de serem considerados como pessoas de casa, ou até mesmo parentes, parecia estar intimamente ligada ao tipo de serviços prestados por determinados escravos que iam desde,

[...] mucamas arrumadeiras, mulatas bonitas e dengoas, que levavam aos quartos as grandes bacias

¹ Antonil chegou a Salvador no ano de 1681. Essa sua obra foi publicada em Lisboa, no ano de 1771, apresentando descrições detalhadas da economia colonial, como a produção de açúcar, a criação de gado e a escravidão na colônia. A Coroa Portuguesa confiscou a edição do livro, em parte devido aos relatos referentes à mineração, sendo reeditada no Brasil em 1837.

de cobre e os largos jarros de água quente e fria para as abluções da manhã, até os copeiros que serviam a mesa e os molequinhos, cuja missão era conservar brasas acesas para os cigarros e charutos. Na vida de fazenda cada coisa tinha o seu lugar, cada um o seu serviço (MACEDO *apud* FREYRE, 2002, p. 453).

Contudo, a promoção de alguns indivíduos da senzala à casa-grande não ocorria de qualquer jeito e sim por meio de escolhas estabelecidas a partir de qualidades físicas e morais que poderiam garantir a um cativo adentrar no convívio da vida cotidiana e familiar da casa de um senhor. Negras ou mulatas para servir de ama-de-leite dos filhos dos senhores deveriam, naturalmente, ser escolhidas entre as melhores escravas da senzala: “as mais limpas, mais bonitas, mais fortes. Dentre (*sic*) as menos boçais e as mais ladinas – como então se dizia para distinguir as negras já cristianizadas e abasileiradas” (FREYRE, 2002, p. 453).

Para Freyre, os escravos domésticos construíam a parte aristocrática de um plantel e, mesmo entre eles, haveria distinções marcadas por *status* e privilégios seguindo uma hierarquia que ia desde as escravas que cuidavam da cozinha e da arrumação da casa às mucamas “escolhidas para damas de companhia das sinhás-moças, das mães pretas, dos pajens, cujas funções eram ainda mais importantes e que eram tratados quase como pessoas da família” (FREYRE, 2002, p. 558 – nota 100).

Embora o autor saliente a “doçura” e a afeição que poderiam existir nas relações estabelecidas entre senhores e escravos domésticos, ele também reconhece e relata a crueldade de alguns no tratamento de seus cativos, especialmente por parte das senhoras: “não são dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes” (FREYRE, 2002, p. 441). Como exemplos, são citados relatos dos viajantes americanos Fletcher e Kidder, que estiveram no Brasil em meados do século XIX, e registraram o “hábito das senhoras brasileiras de falarem sempre aos gritos, dando ordens às escla-

vas” (FREYRE, 2002, p. 440), e alguns casos contados pela tradição oral de sinhás-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e servi-los como sobremesa para os maridos; baronesas idosas que, por ciúmes ou despeito, vendiam as mulatinhas a velhos libertinos; outras que mandavam cortar os seios, arrancar as unhas, queimar a face de escravas – os motivos seriam, quase sempre, ciúmes do marido, rancor sexual e rivalidade (FREYRE, 2002, p. 441). Mas, por outro lado, Freyre destaca a cumplicidade de negros e mucamas em alguns casos de raptos e fugas amorosas, bem como o enorme prestígio que tinham na vida sentimental das sinhazinhas contando-lhes histórias de:

[...] casamento, de namoros, ou outras, menos românticas, mas igualmente sedutoras, eram as mucamas que contavam às sinhazinhas nos doces vagares dos dias de calor, a menina sentada, à mourisca, na esteira de pipiri, cosendo ou fazendo renda; ou então deitada na rede, os cabelos soltos, a negra catando-lhe piolho, dando cafuné; ou enxotando-lhe as moscas do rosto com um abano. Suspira-se assim para uma aristocracia quase analfabeta a falta de leitura. Modinhas e canções, eram ainda com as mucamas que as meninas aprendiam a cantar – essas modinhas coloniais tão impregnadas do erotismo das casas-grandes e das senzalas; do erotismo dos ioiôs nos seus derreios pelas mulatinhas de cangote cheiroso ou pelas priminhas brancas (FREYRE, 2002, p. 443).

Assim, no universo rural das casas-grandes, as relações entre senhores e cativos domésticos eram marcadas por múltiplos sentimentos, que podiam transitar desde a desconfiança e o ódio à afeição e a cumplicidade.

Todavia, para alguns autores, a escravidão doméstica nos meios urbanos revelam e acentuam outras tendências e aspectos peculiares na delicada relação senhores/escravos no que tange à concessão de alforrias.

Leila Mezan Algranti (1988), em seu estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, no período de 1808 a 1822, destaca que as ocupações domésticas estavam ligadas ao tamanho da propriedade escrava. Como o número de escravos era menor nas cidades, muitas vezes eles desem-

penhavam mais de uma tarefa, sendo inclusive enviados para serviços externos. De fato, uma variedade de serviços e ocupações realizados por escravos nas ruas das cidades brasileiras foram retratados por alguns viajantes europeus. O francês Jean Baptiste Debret (1889), em suas belas pinturas, por exemplo, registrou várias atividades realizadas por negros, algumas delas inclusive evidenciadas nos títulos dados pelo artista a algumas de suas obras: *barbeiros ambulantes, vendedor de cestos, negros vendedores de aves, vendedores de palmito, negros serradores de tábuas, regresso de negros caçadores, vendedores de milho, vendedores de capim e de leite, negras livres vivendo de suas atividades, negras cozinheiras, vendedora de angu, negros carregadores de cangalhas, negros de carro, o cirurgião negro, lavadeiras à beira do rio* etc.

As pinturas de Debret são fontes valiosas para tentarmos desvendar alguns aspectos da convivência entre cativos e senhores, pois ele não apenas retratava em suas aquarelas cenas do dia-dia, mas, também, as descreviam em textos suas visões sobre a dinâmica da vida social escravista do século XIX de algumas cidades brasileiras, especialmente a do Rio de Janeiro. Trata-se de preciosos testemunhos, pois, segundo Stuart B. Schwartz (1989, p. 313), são “nas questões cotidianas da vida em cativeiro, nos aspectos mais comuns e corriqueiros referentes ao lar, à família, ao trabalho e à recreação, que os documentos em geral silenciam”. Assim, destaco a análise de duas telas desse viajante francês.

A primeira, intitulada *Uma senhora brasileira em seu lar*, na qual seu principal interesse é chamar a atenção sobre o isolamento na educação das mulheres dentro dos cuidados do lar no Rio de Janeiro, no século XIX, ao mesmo tempo, nos revela a forte presença de escravos dentro desse universo tão íntimo e privado.



Como se pode observar acima, a cena é de uma mãe de família de pequenas posses sentada de pernas cruzadas perto de um gongá (cesto) entreaberto onde se encontra um chicote de couro, “com o qual os senhores ameaçam seus escravos a todo insatante” (DEBRET, 1989, p. 52). Ao seu lado direito vê-se um pequenino macaco e, à sua frente, uma menina branca, que julgo ser sua filha, esforçando-se por soletrar as primeiras letras do alfabeto. Mas o que nos interessa, no momento, é enfatizar e analisar a disposição e as funções dos cinco cativos que o artista descreve da seguinte forma:

A criada de quarto, negra, trabalha sentada no chão, aos pés da senhora; podem-se observar as prerrogativas dessa primeira escrava pelo comprimento de seus cabelos cardados, formando por assim dizer um cilindro encarapinhado sem adornos e aderente à cabeça; o penteado não é de muito gosto e é característico do escravo de uma casa pouco opulenta. À direita, outra escrava, cujos cabelos cortados muito rentes revelam o nível inferior; sentada um pouco além de sua senhora, ocupa-se igualmente com trabalhos de agulha. Avança do mesmo lado um moleque, com um enorme copo de água, bebida freqüentemente solicitada durante o dia para acalmar a sede que o abuso dos alimentos apimentados ou das compotas açucaradas provoca. Os dois negrinhos, apenas em idade de engatinhar e que gozam, no quarto da dona da casa, dos privilégios do pequeno macaco, experimentam suas forças na esteira da criada (DEBRET, 1989, p. 52-53).

Com isso, Debret nos revela um cenário simbólico bastante interessante sobre o universo da vida doméstica demonstrando que a senhora se encontrava rodeada por duas escravas e, provavelmente, dos filhos delas, acentuando a existência de uma certa proximidade física e afetiva entre eles, destacando os privilégios que os bebês gozavam, como se fossem uma espécie de animais domésticos de estimação. Aliás, a outra tela, *O jantar no Brasil*, reforça ainda mais essa idéia.



Nessa prancha, o artista retrata o jantar de um casal, cada um deles sentado na cabeceira de uma mesa bem posta e farta, onde a senhora está sendo abanada por uma escrava, e o senhor alimenta-se tratando de negócios com um negro de pé ao seu lado, de braços cruzados, e um outro, também de pé, na porta da sala. A senhora, por sua vez, entrega um tasco de alimento a um negrinho rechonchudo enquanto um outro, aparentando ser um pouco mais novo, come sentado no chão aos pés do senhor, quase debaixo da mesa. Assim, o artista relata que no Rio, como em outras cidades do Brasil, “é costume, durante a *tête-à-tête* de um jantar conjugal, que o marido se ocupe silenciosamente com seus negócios e a mulher se distraia com os negrinhos, que substituem os doguezinhos” (DEBRET, 1989, p. 60).

Segundo Debret, essas crianças seriam mimadas até a idade de cinco ou seis anos, quando, então, seriam entregues à tirania dos outros escravos “que os domam a chicotadas e os habituam, assim, a compartilhar com eles das fadigas e dissabores do trabalho” (DEBRET, 1989, p. 60). Por outro lado, muitas “crias de casa” poderiam continuar vivendo dentro de casa por muito tempo. Como observou Freyre em uma carta de Vilhena na qual este fica admirado com o número de molequinhos criados dentro de casa com “mino extremoso” e que, “de tão dominante paixão de ter mulatos e negros em casa que logo que seja cria que nasceu nela, só por morte é que dela sai” (FREYRE, 2002, p. 472). Um bom exemplo dessa relação são os casos das crianças que eram agraciadas com suas alforrias na pia batismal.

Ao analisar os casos de 309 dessas manumissões em minha dissertação de mestrado sobre a Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de São João del-rei, no período de 1751 a 1850, constatei, por meio de cruzamentos das informações dos registros de batismos com testamentos e inventários *post-mortem*, algumas peculiaridades sobre as relações estabelecidas entre senhores, cativos, padrinhos e madrinhas marcadas por vínculos parentais, afetivos e/ou de solidariedade que contribuíram, de diferentes formas, para que essas crianças alcançassem a liberdade no dia de seus batismos.

Poderia continuar a citar inúmeros relatos de viajantes que apontam para o convívio próximo de senhores e escravos, mas o ponto a que quero chegar é o de como essas relações poderiam pesar para que estes alcançassem determinados privilégios no dia-a-dia ou, até mesmo, na conquista da alforria. Sobre essa questão são bastante concisas as palavras de Sheila de Castro Faria:

[...] é impossível estabelecer uma única motivação para as alforrias. Em certas análises, opta-se por considerar que o número, as motivações, as formas e as características dos alforriados variavam em função de condições específicas, no tempo e no espaço. Estabelecer um padrão típico para as alforrias, principalmente para o período colonial é muito difícil. Talvez não seja nem necessário, pois é justamente a diversidade que torna muito mais interessante e

complexo o modo como os negros, sendo escravos ou forros, viviam e conseguiam certos ganhos adquiridos por sua própria 'indústria', fosse ela no trato profissional, fosse no afetivo (FARIA, mimeo).

Assim, a autora suscita a questão importante para o estudo sobre as alforrias: as formas encontradas pelos escravos em seu cotidiano para alcançá-las. Além de buscar condições financeiras, eles também tiveram que criar oportunidades junto aos proprietários para obterem suas manumissões. É válido lembrar que, como bem enfatiza Manuela Carneiro da Cunha (1985), embora o direito dos cativos ao pecúlio tenha sido reconhecido em lei formal apenas em 1871, na prática ele sempre existiu.

Discutindo sobre "a arte de negociar" dos escravos, João José Reis e Eduardo Silva (1987, p. 48) argumentam que "na defesa de suas instituições e de si próprios, os escravos inventaram e levaram à quase perfeição uma singular astúcia pessoal na exploração das brechas do poder escravocrata. Suas realizações nesse campo sempre surpreendem".

Nesse sentido, destacam-se diversos trabalhos² que discutem as diferentes estratégias adotadas pelos escravos, quase sempre marcadas por habilidades, informações, comportamentos, sentimentos etc. que, algumas vezes, contribuíram para que determinados cativos alcançassem a liberdade legalmente. Aliás, é importante considerar que as alforrias resultaram de negociações muitas vezes marcadas por investimentos dos escravos não apenas individuais, mas, também, coletivos, como pondera Kátia Mattoso (1990, p. 194): "a alforria nunca é uma aventura solitária. Resulta de todo um tecido de solidariedades múltiplas e entrelaçadas, de mil confabulações, processos de compensações, promessas feitas e mantidas, preceitos, até mesmo conveniência, reflexos e imagens mentais".

Devemos considerar esse aspecto para pensarmos sobre as alforrias concedidas na pia batismal, uma vez que o resultado delas pressupõe um processo de negociação estabe-

² (LARA, 1988); (MATTOSO, 1992); (REIS & SILVA, 1987); (GÓES, 1993); (GRINBERG, 1994).

lecido entre os senhores e os interessados em libertar essas crianças; entre eles, mães, pais e padrinhos.

Para alcançar a liberdade, o escravo lançou mão de inúmeras formas de resistência ao sistema escravista, como, por exemplo, rebelando-se, matando e fugindo para quilombos. Porém, ele encontrou formas mais “brandas”, muitas vezes “sutis”, para conseguir sua liberdade: “mentindo”, “boicotando”, “intrigando”, “negociando”, “submetendo-se”, enfim, usando várias estratégias que, se bem aplicadas, poderiam fazer com que seu senhor lhe concedesse a liberdade³.

Dessa forma, é importante acentuar que as alforrias testamentárias parecem contemplar principalmente aqueles que gozavam de uma certa afeição senhorial. Alguns argumentos alegados pelos testadores parecem bem reveladores quanto a isso: “por ser cria de minha casa”, “pelo amor com que lhe criei”, “pelo amor com que sempre me tratou”, “pelos bons serviços que me tem prestado”, “pelo amor com que me tratou em minhas enfermidades”.

Assim, a combinação de um elenco diversificado de dedicação, bom comportamento, fidelidade e zelo para com a saúde do senhor muitas vezes também serviram para abrir caminhos para a liberdade. Não quero afirmar com isso que todos os escravos procediam dessa forma somente com o intuito de obterem a alforria e nem que isso era garantia de êxito, mas, sim, que muitos souberam valer-se habilmente dessas ações e receberam em troca a manumissão de seus senhores. Segundo Eduardo Paiva (1995b, p. 92)

A melhor maneira de avaliar a dimensão assumida por essas pragmáticas estratégias na relação cotidiana entre senhores e escravos, talvez seja quantificar as alforrias sem ônus monetário passadas pelos testadores. Elas, mais que as coações e as manumissões pagas, podem ter sido reflexo de afe-

³ Segundo MATTOSO (1990, p. 170-172), a fidelidade, a obediência e a humildade eram as três qualidades que poderiam levar um escravo a alcançar legalmente a sua liberdade, sem precisar se rebelar e fugir para os quilombos. Agindo dessa forma, o escravo doméstico era o mais privilegiado a ser libertado. Os escravos crioulos ou mestiços também levam vantagem na conquista da liberdade por serem, em geral, educados pelos seus senhores, por terem tido oportunidade de aprender um ofício e por, desde cedo, poderem forjar laços afetivos com os senhores.

to, gratidão e consideração por parte do proprietário, assim como de cumplicidades entre as partes.

Esse mesmo autor, consultando 357 testamentos de homens e mulheres, livres e libertos moradores da Comarca do Rio das Velhas, registrados entre 1720 e 1785, constata que em 42,29% deles as alforrias foram passadas a título gratuito ou condicional,⁴ beneficiando 343 escravos. Desses, 176 eram homens e 167, mulheres. Contudo, os mais favorecidos foram os escravos nascidos no Brasil, correspondendo ao total de 255 (74,34%): 124 homens e 131 mulheres, aí incluído um número expressivo de 40 meninos e 51 meninas.⁵ Já entre os africanos, dos 64 alforriados (18,65%), 35 eram homens e 29 mulheres. Os outros 17 homens e sete mulheres não tiveram suas origens registradas nos testamentos (PAIVA, 1995b, p. 94).

Algumas peculiaridades reveladas por meio desses dados chamam a atenção; entre elas, destaco duas: o equilíbrio quantitativo entre os sexos dos alforriados e a preferência pelos escravos nascidos no Brasil (255), em que 91 correspondem a crianças, configurando o significativo índice de 35,68% do total desses manumissos. Assim, os que mais receberam as alforrias gratuitamente ou sob condição foram os nascidos no Brasil, tendo as crianças destaque entre eles. Com relação a isso, uma possível explicação é a de que alguns fossem filhos dos senhores com suas escravas.

Eduardo Paiva relata o caso ocorrido com um testador que reconhece a paternidade de um filho que, embora já se encontrasse liberto, fora gerado por sua escrava quando ele ainda era solteiro. Ele o institui como seu herdeiro, porém alega dúvida sobre a confirmação dessa paternidade. Para o autor, casos como esse endossa a suspeita de que muitos filhos de senhores com cativas possam ter sido

⁴ O autor observa que, embora as alforrias condicionais não fossem propriamente gratuitas, uma vez que os beneficiados tinham que servir seus senhores durante certo período estipulado, ele as quantifica conjuntamente pelo motivo de não envolverem transações monetárias.

⁵ O autor não tece mais comentários sobre esses meninos e meninas, mas no Anexo 1, no qual ele relaciona os valores de coartações, alforrias e arrestos dos testamentos investigados, podemos observar, na lacuna de especificidades, que ele considerou as designações “moleque”, “crioulinho(a)”, “criança”, “cabrinha”, “mulatinha”, “crioulinho ainda de peito”, para identificá-los (PAIVA, 1995b, p. 216-223).

alforriados devido ao grau de consangüinidade, sem que isso fosse revelado em testamento. Assumir a paternidade de filhos com escravas implicava uma série de problemas. No caso, por exemplo, dos gerados de relações extraconjugais, além de contrariar os mandamentos católicos, poderia implicar recriminações e escândalos; também resultaria em inconvenientes relacionados à divisão da herança, uma vez que se o filho tivesse sido concebido quando o testador era solteiro, ele se tornaria seu herdeiro⁶. Talvez, por isso, seria “mais vantajoso ignorar a paternidade ou comprar o silêncio da mãe pela alforria e por privilégios. Muitas vezes, os familiares do pai tornavam-se cúmplices e permaneciam mantendo as aparências, mesmo após a sua morte” (PAIVA, 1995b, p. 119).

Essas constatações corroboram a tese de que a concessão de alforrias gratuitas envolvia especialmente aqueles cujo senhor estabelecia algum tipo de vínculo de afetividade, gratidão ou consangüinidade. Talvez esses argumentos também sirvam para explicar alguns casos em que determinados cativos conseguiam suas manumissões sem ônus, enquanto outros tinham que pagar ou simplesmente permanecer na condição de escravos.

Uma maior afeição por um escravo pode ter incentivado manumissões sem ônus para ele e para outros membros de sua família, enquanto, no mesmo plantel e simultaneamente, outros indivíduos que amargavam condições para a libertação eram coartados, vendidos, arrestados ou, simplesmente, apenas permaneciam cativos (PAIVA, 1995b, p. 95).

Ligia Bellini (1988), nas 356 cartas de alforria que consultou para a Bahia, no período de 1684 a 1707, observa que, muitas vezes, os proprietários justificavam a alforria dos filhos de suas escravas pelo fato de os terem criado

⁶ Segundo Silvia M. Jardim Brügger (1991, p. 149) “os filhos ilegítimos distinguiam-se em naturais – por sua vez divididos em sucessíveis ou insucessíveis – e espúrios –, que poderiam ser sacrílegos, incestuosos ou adulterinos. Os naturais eram aqueles cujos pais não apresentavam qualquer impedimento para casar, quando da concepção ou nascimento do filho; os sucessíveis, os que tinham direito à herança, enquanto os insucessíveis não o tinham. Já os espúrios seriam provenientes de pessoas que possuíam entre si impedimentos ao matrimônio, fosse por terem sido gerados em relações com clérigos, com pessoas casadas ou envolvendo as que possuíam algum outro tipo de impedimento à contração do casamento”.

como seus próprios filhos e por sentirem “amor por eles”. Também notou que alguns registros se referiam aos bons serviços prestados pelos pais, especialmente os realizados pelas mães das crianças alforriadas. Segundo a autora, 29% dessas cartas de liberdade sugerem que elas foram alcançadas graças às relações de cumplicidade, afeto e es- perteza do cativo em tirar proveito de certas situações para conquistar a liberdade.

Assim, percebemos que a relação entre senhor e escravo, no tocante à concessão da liberdade, está em torno dos inte- resses de ambos. A escravidão no Brasil durou mais de tre- zentos anos não só pelos meios repressivos de que o sistema se valia para controlar o cativo - castigos, açoites e punições etc. -, mas, sobretudo, pelas estratégias que senhores e es- cravos utilizavam tanto para manutenção do cativo quan- to para melhor sobreviverem em sua realidade social.

Um exemplo disso foi o que ocorreu com as cativas de Jacinta Maria do Sacramento, Francisca africana, sua fi- lha Joana crioula e a neta Francisca cabra. Esta fora liber- tada no batismo, em 27 de abril de 1835, na Matriz de Nos- sa Senhora do Pilar de São João del-Rei, tendo como madri- nha a própria Jacinta Maria do Sacramento e como padri- nho o seu testamenteiro, o alferes Dezidério Antônio de Jesus Silva⁷. A dita senhora, em seu testamento, redigido no dia 6 de março de 1836, declara e ratifica que também já havia conferido liberdade à Francisca africana e à sua filha Joana crioula.

Declaro que a minha escrava Francisca de nação Africana a muito antes de me casar já lhe tinha conferido liberdade e gozava da mesma sua filha Joana crioula e Francisca cabra que posto viviam em minha companhia; contudo, como tal as reco- nhciam e se necessário de novo ratifico também pelo amor de Deus⁸.

Assim, mesmo já sendo livres, mães, filhas e netas vivi- am em companhia de sua ex-senhora e madrinha dessa úl-

⁷ Arquivo da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei, Livro n. 32 de Registros Paroquiais de Batismo, p. 405v.

⁸ Arquivo do IPHAN de São João del-Rei, cx. 270. Inventário *post-mortem* de Jacinta Maria do Sacramento, 1836.

tima. Parece-me latente a existência de laços de afetividade que envolviam essas mulheres, evidenciado ainda mais na declaração feita pela testadora manifestando a sua preocupação em garantir a moradia de suas ex-cativas:

Declaro que meu testamenteiro comprará umas casas que custem trezentos mil reis a quatrocentos para a dita Francisca e sua filha Joana crioula e a neta Francisca menor a qual irão passando até a última e não poderá delas dispor e nem lhe serão tiradas por dívida até a vida da última⁹.

É importante enfatizar que as justificativas mais comuns declaradas pelos senhores de ambos os sexos para essas dívidas referem-se aos “bons serviços prestados”, “fidelidade” e “pelo amor de Deus”¹⁰. Argumentando sobre isso, Eduardo Paiva observa que, muitas vezes, para o cativo:

tornar-se ou fazer-se passar por passivo, amável e fiel resultou em muitas cartas de alforrias justificadas nos “bons serviços prestados”, na “lealdade e sujeição”, expressões recorrentes nos testamentos e empregadas mesmo quando tratava-se de manumissões pagas. Nesse momento as estratégias engendradas no dia-a-dia obtinham sucesso (PAIVA, 1995, p. 107).

Talvez, uma das características mais marcantes do escravo doméstico seja a de possuir a confiança de seu senhor. Afinal, o escolhido para morar “dentro de casa”, mais do que saber desempenhar determinados serviços, deveria possuir alguns atributos fundamentais, entre eles a obediência e a confiabilidade. Nesse sentido, Leila Mezan Algranti (1988, p. 84-85) enfatiza que alguns senhores

[...] incumbiam seus escravos de tarefas que requeriam uma certa dose de confiança e não apenas habilidade. Faziam-nos portadores de cartas e recados, e até mesmo os mandavam trocar notas bancárias [...]. Pelas próprias características das tarefas desempenhadas, os escravos domésticos eram aqueles que maior contato tinham como seus senhores, junto dos quais passavam todo dia e mesmo parte da noite, pois deviam estar atentos a qualquer cha-

⁹ Idem.

¹⁰ Como também fora observado por Ligia Bellini. BELLINI, Ligia. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. e PAIVA, Eduardo França. Pelo justo valor e pelo amor de Deus: as alforrias nas minas. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9, 2000. Anais... Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, v. 1, 2000.

mado, independente do horário de trabalho. Mas, por outro lado, usufruíam também da liberdade propiciada pela vida urbana e aproveitavam qualquer pretexto para escaparem da casa do senhor e misturarem-se ao burburinho da cidade. Alguns faziam outros serviços, além dos domésticos, e chegavam a possuir uma profissão.

Nessa perspectiva, a proximidade afetiva e a confiança depositada pelas senhoras em suas escravas, em alguns casos, foram bem aproveitadas por estas na tentativa de conquistar a alforria de seus filhos e de si próprias, mesmo que, nem sempre, por meios lícitos. Um caso bastante interessante ocorreu com Dona Josefa Catena Rosa, natural da freguesia de Santa Maria do Castelo, da Vila de Pâmela, do Patriarcado de Lisboa, e moradora do arraial da Alagoa, da freguesia de Aiuruoca, Comarca do Rio das Mortes, Bispado de Mariana, que, quando fez seu testamento, em 28 de fevereiro de 1777, se encontrava viúva de Antônio Martins Branco.

Nele, a testadora declara que havia alforriado na pia batismal o cabrinha Francisco, que já teria três anos de idade, pouco mais ou menos, filho natural de sua escrava Antônia crioula e do suposto pai Felix Gurgel, cabra forro, sob a condição de receber deles pela dita manumissão, uma vez que lhes disseram que a pagariam. Contudo, apesar de a senhora ter cumprido a sua parte do acordo verbal, ela afirma que não recebeu quantia alguma. Isso a levou a considerar que havia sido enganada por sua escrava e seu parceiro, revogando, assim, em seu testamento, a alforria que havia concedido a Francisco e ordenando que seus herdeiros e testamentários não o considerassem como forro sem que o seu valor fosse devidamente pago.

Declaro que a dita Antônia crioula minha escrava tem um filho meu escravo por nome *Francisco que terá três anos pouco mais ou menos é um cabrinha este por indústria do pai que dizem ser um Felix Gurgel e da dita mãe o forraram na pia e dizendo que me davam o seu valor me capacitaram para assinar o assento do batismo porém me enganaram de sorte que depois de ter feito e arrumado não me deram nenhum vintém* pelo que meus testamentários e herdeiros o não darão por forro sem que pague

quarenta mil réis que é o seu valor de minha legítima vontade e quando haja quem queira opor a esta alforria meus herdeiros e testamenteiros a defendam como meu escravo que é sem embargo do assento do batismo que por malícia e engano me fizeram assinar ¹¹ (grifos meus).

Segundo Dona Josefa Catena Rosa, como se não bastasse ter conseguido libertar o seu filho na pia batismal, enganando-a e dizendo que pagaria por ela posteriormente, outra estratégia surpreendente também foi alçada por Antônia crioula para conseguir a sua própria liberdade: forjou a sua carta de alforria. Contudo, esta foi descoberta por sua senhora, que a encontrou entre os seus “papéis de assentos e clarezas”, revelando a falsidade do documento em seu testamento.

Declaro mais que me achando agora para dar contas a Deus e mandando rever todos os meus papéis de assentos e clarezas e entre eles *apareceu uma carta de alforria que a dita minha escrava Antônia crioula enquanto eu confiava todo o governo e fidelidade da minha casa me introduziu entre os ditos papéis por indústrias do dito Felix Gurgel que é um cabra forro alfaiate e casado no Gritadouro do Bichinho da Vila de São José* [ilegível] a dita carta como deles conta com um crédito da mesma forma fabricado [ilegível] a dita chamada carta *escrita pelo mesmo cabra sendo o seu contexto todo falso por não ter tido com eles negócio algum como se mostra a dita carta lançada já em nota a falsidade com que a fabricaram tudo por indústria do dito* [ilegível] *por andar atualmente segundo a fama pública amancebado com a dita minha escrava e pela dita falsíssima carta* [ilegível] conhecimento da malícia com que o dito cabra e a dita minha crioula me enganaram para lhe assinar o assento do cabrinha Francisco dizendo que estava pronto o seu valor o qual não me deram fazendo-me mais este furto ao depois de terem fabricado aquela mentirosa carta para a qual induziu o dito cabra Felix Gurgel junto com a dita minha escrava ¹² (grifos meus).

Como se pode perceber por meio desse trecho, a senhora enfatiza o argumento de que sua cativa valeu-se de sua confiança ao conferir-lhe o “governo e fidelidade” de sua casa, para pôr em prática o plano de introduzir entre os seus

¹¹ Arquivo do IPHAN de São João del-Rei, cópia do testamento de Josefa Caetana Rosa - Livro de Testamentos n. 2, p. 190v.

¹² *idem*

documentos a carta de liberdade falsificada. Também é importante observar que a participação de seu parceiro e suposto amante, o alfaiate Felix Gurgel (cabra forro), fora fundamental para que a carta de alforria fosse confeccionada, uma vez que, segundo a testadora, ela teria sido por ele escrita.

Além disso, o suposto amancebamento que existia entre a escrava de Dona Josefa Caetana Rosa e Felix Gurgel, casado e morador no Gritadouro do Bichinho da Vila de São José, pressupõe que Antônio gozava de uma certa liberdade de locomoção, pelo menos para encontrar-se com seu dito amante. Aliás, o relacionamento mantido entre eles deveria ser público e notório, uma vez que a testadora alega a existência dessa cumplicidade informando, em seu texto, que o alfaiate andava “atualmente segundo a fama pública amancebado com a dita minha escrava”.

Contudo, apesar de descobrir a “carta falsa e velhaca” e alertar os seus herdeiros e testamenteiros sobre a “trapaga” de sua cativa, a fim de impedir sua concretização, Dona Josefa Caetana não lhe tolheu o direito de se tornar livre desde que, para isso, ela pagasse o seu devido valor.

Declaro que a dita carta é falsa e velhaca e se não deve dar crédito algum, pois para ela não dei meu consentimento e a hei por nula e a reclamo por mentirosa e de nenhum vigor por descargo de minha consciência porque deseja salvar-me e assim meus herdeiros e testamenteiros não estejam nem consentam na mentirosa e industriosa carta de alforria e só forrarão a dita crioula quando dar ela o seu valor, pois é certo que eu a não deverei forrar em prejuízo dos meus credores e herdeiros¹³ (grifos meus).

Especulando um pouco mais sobre alguns aspectos desse caso, parece-me que Antônio crioula não contava que sua senhora fosse cobrar o valor da alforria concedida no batismo ao seu filho, talvez acreditando que, depois de passados três anos, ela não fizesse mais questão ou então houvesse “esquecido” a sua dívida. Outro argumento, que se relaciona com esse, é o de que a dita cativa estivesse prote-

¹³ Arquivo do IPHAN de São João del-Rei, cópia do testamento de Josefa Caetana Rosa - Livro de Testamentos n. 2, p. 190v.

lando o pagamento da manumissão do seu filho, que já estava legalmente garantida no assento de batismo, sabendo da fragilidade da saúde de sua dona. A testadora declara que, embora estivesse gozando de seu perfeito juízo e entendimento, se encontrava “enferma de cama”.

De fato, Dona Josefa Caetana faleceu 24 dias depois de fazer o seu testamento. Esse acontecido também pode ajudar a pensar sobre a execução do plano da falsificação da carta de alforria. Caso sua senhora viesse a morrer sem ter feito seu testamento ou mesmo sem ter encontrado a carta forjada, aumentaria a chance de sucesso das estratégias empreendidas pela escrava. Devo acrescentar a isso outro argumento importante: o fato de a testadora ser viúva e de suas filhas herdeiras que se encontravam vivas, Ana, casada com o Capitão Antônio José de Castro, seu testamenteiro, e Jozefa, também casada, embora não seja revelado o nome de seu marido, não morarem em São João del-Rei e, por isso, estarem longe do convívio diário da mãe e, presumidamente, alheias aos negócios eventualmente firmados por ela; entre eles, as possíveis manumissões legadas à escrava que tanto confiava o “governo e fidelidade” de sua casa, bem como de seu filho.

Contudo, é importante observar que não encontrei o inventário *post-mortem* de Dona Josefa Caetana, o que me impossibilita saber se Antônio e seu filho foram ou não arrolados entre os bens de sua proprietária ou mesmo encontrar informações sobre um possível desfecho do caso. Também devo enfaticamente sublinhar que a versão fora relatada apenas pela senhora em seu testamento; isso implica um certo cuidado em não considerá-lo como o único ou, até mesmo, verídico. Dessa forma, algumas questões podem ser suscitadas, como no caso de as alforrias terem sido realmente pagas e a senhora almejar receber novamente os seus valores. Infelizmente isso é uma dúvida que, por falta de fontes, não tenho como averiguar. Contudo, para analisar essas informações, tentei levar em conta “como pessoas de outro tempo e sociedade pensavam de seu pró-

prio mundo” (CHALHOUB, 1990, p. 16) e o papel do historiador em decodificar e contextualizar os documentos considerando os aspectos econômicos, sociais, políticos e ideológicos dentro de um determinado processo histórico.

Em última análise, de qualquer maneira, o caso de Dona Josefa Caetana e sua escrava Antônia demonstra a importância da conquista da liberdade para aqueles que viviam submetidos ao *status legal* de escravo, mesmo que gozando de certos privilégios e “liberdades” no trato senhorial. Em uma sociedade estratificada, devemos levar em conta a hierarquia que diferia as condições de livres, forros e escravos. Nesse sentido, a alforria constituía-se na mais importante meta do cativo, que, muitas vezes, não poupou esforços para atingi-la, recorrendo a vários caminhos e a inúmeras estratégias, mesmo correndo o risco de não alcançar êxito. Embora no caso específico de Antônia crioula os meios por ela auferidos não tenham sido bem-sucedidos, em outros casos, o uso de outras estratégias podem ter garantido a conquista da tão sonhada liberdade.

Referências bibliográficas

ALGRANTI, L. M. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988.

ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BELLINI, L. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: REIS, J. J. (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEBRET, J. B. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tomo II. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

FARIA, S. de C. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *A mulher africana – alforria e formas de sobrevivência (séculos XVIII ao XIX)*. Niterói, 1999 (Relatório final apresentado ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos). Mimeo.

_____. Sinhás Pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII-XIX). In: SILVA, F. C. T. da; MATTOS, H. M. de; FRAGOSO, J. L. R. (Org.). *Escritos sobre História e Educação: homenagem à Maria Yeda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.

FREYRE, G. Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. In: SANTIAGO, S. (Coordenação, seleção de livros e prefácio). *Intérpretes do Brasil*. 2 ed. vol. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

GÓES, J. R. *O cativo imperfeito. Um estudo sobre a es-*

cravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória/ES, Lineart, 1993.

LARA, S. H. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade, as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MATTOSO, K. M. de Q. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PAIVA, E. F. Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial. *Revista de História*, São Paulo: USP, n. 133, 1995.

_____. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

_____. Um aspecto pouco conhecido das alforrias: a coartação em Minas Gerais no século XVIII. *Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social*, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 2, 1995.

SCHWARTZ, S. B. A Manumissão dos Escravos no Brasil Colonial, 1684-1745. In: HISTÓRIA, 6., 1974. *Anais...* Assis, 1974.

_____. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, C. L. da. *Como se livre nascera: alforria na pia batismal em São João del-Rei (1750-1850)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

The most intimate and delicate service: some aspects of the domestic slavery and some forms to conquer liberty

Abstract

This article approaches some aspects of the domestic slavery in Brazil and the relations set up between lords and slaves, characterized by several feelings which moved from distrust and hate to affection and complicity. In this complex university, many slaves availed themselves of strategies, abilities, information, behavior and feelings, which could, in different ways, help them in the process of conquering their liberty. To exemplify, some cases occurred in São João del-Rei were analyzed.

Keywords: domestic slavery; liberty; São João del-Rei.

Artigo recebido em: 23/9/2008

Aprovado para publicação em: 27/9/2008